

PROJETO DE LEI Nº 975/2009

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Com o presente, estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, Projeto de Lei nº 975/2009, que ***“Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de 01 enfermeiro(a) 40 horas e dá outras providências”***.

A contratação de um enfermeiro(a) faz-se necessária para que a atual Administração comece a planejar e a tomar providências, no sentido de viabilizar a implantação do PSF – Programa de Saúde da Família no nosso Município. Além do mais, a Secretaria da Saúde pretende ampliar aos poucos, o horário de atendimento na Unidade Básica, o que faz necessário a contratação de mais um profissional, até que se possa, num futuro muito próximo, realizar concurso público.

Certo da aprovação do presente projeto de lei, aproveito a ocasião para cumprimentá-los e desejar um ótimo ano de trabalho a todos nobres edis.

Atenciosamente,

**MARINO ANTONIO TESTOLIN
PREFEITO MUNICIPAL**

EXMO. SR.

VEREADOR LIBERATO SARTORI

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO LEI Nº. 975/2009

“Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de excepcional interesse público de 01 enfermeiro(a) 40 horas e dá outras providências.”

MARINO ANTONIO TESTOLIN, Prefeito Municipal de Nova Roma do Sul, RS, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial de excepcional interesse público, **01 enfermeiro(a)**, por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, com carga horária de 40 horas semanais, com salário de R\$ 3.364,85 (três mil trezentos e sessenta e quatro reais com oitenta e cinco centavos), com base no permissivo constitucional do art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. As especificações exigidas para a contratação de servidor na forma da presente Lei são as que constam no respectivo Plano de Carreira, para cargos de igual denominação.

Art. 3º. O contrato de que trata o art. 1º da presente Lei, será de natureza administrativa e será regulado pela Lei Municipal nº 831/2006, (Regime Jurídico dos Servidores), Lei Municipal nº 104/1990 (Plano de Classificação de Cargos e Funções do Funcionalismo Público), Lei Municipal nº 141/91 e suas alterações.

Art. 4º. Esta contratação visa atender a demanda no serviço da Secretaria Municipal de Saúde, junto a Unidade Básica, bem como, cobrir o gozo das férias dos médicos efetivos.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 6º. O Município recolherá o INSS conforme legislação em vigor.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Roma do Sul, em 02 de janeiro de 2009.

**MARINO ANTONIO TESTOLIN
PREFEITO MUNICIPAL**